REVISTA DA ABPN

DOI 10.31418/2177-2770.2023.v16.c.1.p 1304-1336 | ISSN 2177-2770
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

PSICOLOGIA, RAÇA E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A SUPERAÇÃO DO RACISMO PSICOLÓGICO

Leomir Cardoso Hilário[1]
Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Psicologia, São Cristóvão, SE, Brasil.

Resumo: A proposta desse artigo é tomar as relações entre psicologia e racismo de maneira intrínseca e não como um fenômeno externo, demarcando como a luta contra o racismo se dá também no interior da psicologia, promovendo sua transformação. No primeiro momento, narro brevemente o entrelaçamento histórico entre a emergência e consolidação da psicologia científica e o projeto do racismo científico. No segundo momento, problematizo o modo pelo qual a psicologia social norte-americana se apresentou como uma ciência da democracia, produzindo um avanço em relação à aliança anterior da psicologia com o racismo, porém mantendo o ponto de vista da branquitude. No terceiro momento, a partir da perspectiva inaugurada por Fanon, pela primeira vez o negro tem agência, podendo então falar sobre o racismo do ponto de vista de sua experiência, pondo o racismo enquanto um modo de sofrimento psíquico.

Palavras-Chave: Psicologia; racismo; branquitude; virada testemunhal.

PSYCHOLOGY, RACE AND PSYCHIC SUFFERING: A CONTRIBUTION TO OVERCOMING PSYCHOLOGICAL RACISM

Abstract: The purpose of this article is to take the relationship between psychology and racism intrinsically and not as an external phenomenon, outlining how the fight against racism within psychology should promote a transformation of psychology itself. At first, I briefly narrate the historical interweaving between the emergence and consolidation of scientific psychology and the project of scientific racism. In a second moment, I problematize the way in which American social psychology presented itself as a science of democracy, producing an advance in relation to the previous alliance of psychology with racism, but maintaining the point of view of whiteness. In a third moment, from the perspective inaugurated by Fanon, for the first time the black has agency, he can then talk about racism from the point of view of his experience, positing racism as a form of psychic suffering.

Keywords: psychology; racism; whiteness; testimonial turn.

[1] Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGPSI-UFS). E-mail: leomir@academico.ufs.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8259-867X

PSICOLOGÍA, RAZA Y SUFRIMIENTO PSÍQUICO: UNA CONTRIBUCIÓN A LA SUPERACIÓN DEL RACISMO PSICOLÓGICO

Resumen: El propósito de este artículo es tomar la relación entre psicología y racismo intrínsecamente y no como un fenómeno externo, esbozando cómo la lucha contra el racismo dentro de la psicología debe promover una transformación de la psicología misma. En un primer momento, narro brevemente el entramado histórico entre el surgimiento y consolidación de la psicología científica y el proyecto del racismo científico. En un segundo momento, problematizo la forma en que la psicología social estadounidense se presentó como una ciencia de la democracia, produciendo un avance en relación a la anterior alianza de la psicología con el racismo, pero manteniendo el punto de vista de la blanquitud. En un tercer momento, desde la perspectiva inaugurada por Fanon, por primera vez el negro tiene agencia, puede entonces hablar del racismo desde el punto de vista de su experiencia, planteando el racismo como una forma de sufrimiento psíquico.

Palabras clave: psicología; racismo; blancura; giro testimonial.

PSYCHOLOGIE, RACE ET SOUFFRANCE PSYCHIQUE: UNE CONTRIBUTION POUR VAINCRE LE RACISME PSYCHOLOGIQUE

Résumé : Le but de cet article est de prendre la relation entre la psychologie et le racisme de manière intrinsèque et non comme un phénomène externe, en soulignant comment la lutte contre le racisme au sein de la psychologie devrait favoriser une transformation de la psychologie elle-même. Dans un premier temps, je narre brièvement l'imbrication historique entre l'émergence et la consolidation de la psychologie scientifique et le projet de racisme scientifique. Dans un second temps, je problématise la manière dont la psychologie sociale américaine se présentait comme une science de la démocratie, produisant une avancée par rapport à l'alliance antérieure de la psychologie avec le racisme, mais en maintenant le point de vue de la blancheur. Dans un troisième temps, dans la perspective inaugurée par Fanon, pour la première fois le noir a une instance, il peut alors parler du racisme du point de vue de son expérience, posant le racisme comme une forme de souffrance psychique.

Mots clés : psychologie; racisme ; blancheur; témoignage tour.

INTRODUÇÃO

Não é raro se falar em “racismo e psicologia”, “racismo na psicologia” ou, ainda em “psicologia e relações raciais”, como se a ligação entre ambos fosse de exterioridade, como se o racismo fosse um tema, uma área de interesse da psicologia ou uma ameaça que vem de fora. Numa via diferente, ou seja, tomando a psicologia como integrante do racismo, como um conjunto de saberes e práticas que o fortalece e o mantém até hoje, o objetivo desse artigo é, em primeiro lugar, narrar breve e

criticamente a história da psicologia a partir de sua relação interna e constitutiva com o racismo.

Ao realizar esse gesto, perceberemos a existência de uma modalidade específica de racismo, o "racismo psicológico", cuja função é manter o negro silenciado e obstaculizado de falar sobre si mesmo, submetendo-o a narrativas e práticas brancas. Isso significa dizer que a psicologia também foi produtora e reprodutora de racismo. O reconhecimento dessa relação intrínseca e constitutiva da psicologia com o racismo me parece uma condição ético-política fundamental para produzirmos uma psicologia antirracista.

Para dar conta disso que proponho chamar de "racismo psicológico", problematizo três momentos históricos: o primeiro, do final do século XIX até meados do século XX, no qual a psicologia nasce entrelaçada ao racismo científico, principalmente se aliando às práticas da eugenia, pondo o negro no lugar de objeto de estudo científico como maneira moderna de o controlar e o subjugar; o segundo, no período pós-guerra, onde a psicologia, sem fazer um balanço histórico-crítico de sua filiação racista anterior, mantém o ponto de vista da branquitude, como no caso da psicologia social norte-americana, na qual o racismo é até visto de maneira negativa, porém sem que seja o negro que fale sobre racismo, sem que a vivência do negro seja levada em consideração na análise do racismo; e, por fim, o terceiro momento histórico, que vai do pós-guerra até a atualidade, cuja principal característica é a possibilidade de construir uma psicologia antirracista, tendo seu marco fundador na obra de Frantz Fanon, que foi continuado por intelectuais negras como Sueli Carneiro, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Grada Kilomba. A principal tarefa desse momento atual é a de estabelecer uma leitura crítica sobre o racismo a partir da experiência daquele que sofre, possibilitando ao preto a agência de produção e elaboração da própria experiência. Além desses três momentos, concluo esse artigo chamando a atenção para a necessária e urgente virada testemunhal e decolonial dos saberes e práticas psicológicas.

OS GÊMEOS SIAMESES: PSICOLOGIA CIENTÍFICA E RACISMO CIENTÍFICO

A historiografia oficial da psicologia se ancora em pelo menos dois grandes pressupostos: o primeiro de que a psicologia é uma espécie de "saber altruísta da humanidade", nascido numa data longínqua, remetendo à filosofia grega; o segundo consiste em posicionar a psicologia como uma jovem ciência promissora nascida no final do século XIX, num laboratório situado na Alemanha. Ambos os pressupostos formam a "visão positivista heroica da psicologia"[2] (DAZA, 2016, p. 46), responsável por consolidar esse "mito psicológico" segundo o qual estaríamos diante de uma ciência benévola, livre de qualquer suspeita. A História da Psicologia se apresenta, então, como um percurso de visita a um museu, onde o estudante em formação admira os grandes cientistas, os grandes temas e as grandes datas, sem poder tocá-los ou questioná-los (PORTUGAL, 2018). Tudo se passa como se a psicologia não participasse de uma História, sendo assim desnecessária qualquer reflexão sobre as condições que possibilitaram a sua emergência ou mesmo como ela se relacionou com outros campos de saberes, com as culturas e com as relações de poder.

Os efeitos dessa História Oficial da Psicologia são bastante funestos. Tome-se, por exemplo, um livro como "História da Psicologia Moderna", de Duane Schultz e Sidney Schultz (2015), que faz uma história interna da psicologia, intelectualista e marcadamente eurocêntrica e androcêntrica: ao longo dos quinze capítulos, não é citada nenhuma mulher, à exceção das psicanalistas Anna Freud, Melanie Klein e Karen Horney[3]. Isso se repete ainda que seja uma mulher a narrar essa história, como no caso de Edna Heidbreder (1980). Como num jogo de espelhos: a perspectiva heroico-positivista que a psicologia tem de si mesma se reflete no próprio modo como ela conta sua história, posicionando-se como um saber macho, branco e europeu.

---

[2] Apoio-me aqui também na definição de José D'Assunção Barros (2010). Ele expõe alguns pilares do positivismo na História: a defesa de uma história universalmente válida, comum a toda humanidade; a possibilidade de narrar a história de maneira imparcial e a postura de uma objetividade.

[3] Aqui há algo que deve ser sublinhado. A outra edição brasileira desse livro, editado pela Cultrix em 1981, traz no capítulo 15 dois pequenos tópicos sobre "Leta Stetter Hollingworth e a Psicologia das Mulheres" e um sobre "Os Afro-Americanos na História da Psicologia". No primeiro tópico, faz-se um *mea culpa* afirmando que a discriminação sexual no ambiente universitário grande e por consequência na psicologia. No segundo, também se afirma o processo de exclusão racial na universidade, dando como exemplo de exceção à regra o nome de Kenneth B. Clark, primeiro psicólogo negro a ser presidente da APA. Esses dois tópicos são extremamente insuficientes, mas ao menos nessa edição mais antiga se fazem presentes. Nas edições mais recentes, infelizmente seus autores substituíram esse trecho final do livro pela discussão acerca dos "desenvolvimentos contemporâneos da psicologia", direcionando-se para o movimento cognitivo e a psicologia evolucionista, como aparece na edição mais recente da Editora Cengage Learning.

Houve boas discussões que intencionaram quebrar essa Historiografia Tradicional por meio da defesa de uma "História Social da Psicologia", como as realizadas por Antunes (1998), Thomae (1998) e Merani (1976). Essa outra perspectiva historiográfica teve como objetivo desnaturalizar algumas ideias fixas da psicologia e convidar-nos a "botar o dedo na ferida", para usar a frase de Francisco Portugal (2018, p. 17). Um de seus movimentos mais importantes foi o de ver a psicologia na história em vez de ver a história da psicologia, ou seja, compreender de que maneira a psicologia participou ativamente de embates políticos, lutas sociais, instituições sociais etc.

Sigo a indicação de Ian Parker (2014) segundo a qual devemos recontar a história da psicologia a partir da posição dos oprimidos e não mais dos vencedores. Tal indicação remonta a Walter Benjamin (1994) e sua tarefa de "escovar a história a contrapelo", uma imagem dialética por ele utilizada para demonstrar como o passado não é uma matéria amorfa, mas sim uma fonte de questionamento e interrogação, de modo que recontar o passado significa lançar luz sobre o presente e construir a possibilidade de outros futuros. O passado da psicologia e o modo como narramos sua história se conecta diretamente às práticas contemporâneas da psicologia e com as possibilidades de sua transformação.

Luís Cláudio Figueiredo (1999) foi aquele que, entre nós brasileiros, levou ainda mais longe essa perspectiva histórico-crítica. A partir da genealogia de Michel Foucault, mostrou como o espaço psicológico foi inventado no século XIX na articulação entre o liberalismo, o romantismo e o regime disciplinar. Dessa maneira, narrar a história da psicologia não é narrar grandes datas, nomes, temas ou ideias, mas problematizar o solo cultural, político e histórico a partir do qual a psicologia enquanto ciência encontrou terreno fértil para florescer. A origem da psicologia nada tem a ver com heroísmo ou altruísmo, mas sim com relações de poder, com arranjos, alianças e disputas: "se o céu da Psicologia pode ser o das teorias científicas, o seu solo é o das práticas sociais" (FERREIRA, 2002, p. 115).

No entanto, por mais louvável que seja essa perspectiva historiográfica social e por mais ganhos analíticos que ela possa promover, infelizmente ela não passou do horizonte da posição da branquitude crítica. Com raríssimas exceções bastante minoritárias, a história da psicologia ainda não foi feita tendo em vista a raça como um problema central. É, então, o momento de narrar a história a partir dos vencidos

mirando exatamente aqueles que foram subalternizados e silenciados ao longo da história da psicologia: as pessoas pretas.

Dessa maneira, podemos dizer que a psicologia emerge do interior daquilo que Sueli Carneiro (2023) chamou de "dispositivo de racialidade", que se define enquanto um conjunto de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, ancoradas na experiência da raça. Esse dispositivo possui três eixos: o do saber, que atua promovendo o epistemicídio de quaisquer outros discursos que não sejam o da ciência branca, anulando as pessoas negras enquanto sujeitos de conhecimento, posicionando-as enquanto objeto; o eixo do poder, marcado por um conjunto de práticas reiterativas, repetitivas, que fazem aparecer a raça e nomeiam/localizam o corpo racializado enquanto alvo de poder; e o eixo do sujeito, que impõe uma subjetividade postiça no preto a partir do ideal de brancura, explicando o sofrimento do negro a partir da perspectiva da branquitude.

O racismo científico foi um ramo da ideologia racista na ciência moderna e parte desse dispositivo de racialidade. Ele consistia na ideia de que há uma diferença essencial, inscrita na natureza de determinados grupos humanos, em suas características físicas. A raça, então, estaria associada a atributos biológicos, naturais e culturais, podendo ser objeto de teorização científica (WIEVIORKA, 2007). Emergiu a "raciologia" (GILROY, 2007), isto é, as ciências, como antropologia, filosofia e psicologia, empreenderam um trabalho elaborado para tornar a ideia de raça epistemologicamente correta e eficaz, de modo que foi na figura de "doutrinas raciais" que tais ciências pavimentaram o caminho para sua expansão, consolidação e institucionalização.

Entre 1860 e 1930, mais ou menos, a psicologia – denegando o caráter de invenção da raça e abrindo mão da atividade crítica de desmontagem histórica de um dispositivo disciplinar de controle – também embarcou nesse caminho e floresceu enquanto doutrina racial. O contexto histórico no qual a psicologia emerge enquanto disciplina científica é atravessado pelo racismo científico e não é exagero dizer que a raciologia era o passaporte que permitia a expansão e consolidação no campo da ciência moderna. Na história narrada por Stephen Jay Gould (2018), intitulada "A Falsa Medida do Homem", psicólogos glorificados nos manuais de história da psicologia figuram em destaque, como Francis Galton, Herbert Spencer e Alfred Binet. Poderiam figurar

também, sem muita dificuldade, nomes como: Granville Stanley Hall, Gustave Le Bon e William Isaac Thomas. O legado que eles deixaram para a psicologia foi tão significativo que, como disse Robert Guthrie (2004), "até o rato era branco".

Na historiografia oficial da psicologia, racistas científicos como Herbert Spencer e Francis Galton aparecem, na verdade, como mentes brilhantes. Spencer é tratado como um dos "escritores mais prolíficos do século XIX" e como "nosso filósofo" (SCHULTZ; SCHULTZ, 2017, p. 127). Galton aparece como alguém "dotado de extraordinária inteligência". Outros livros de história da psicologia, como o de Edna Heidbreder são mais acanhados, limitam-se a uma narrativa descritiva, sem tanta glorificação. O fato é que mesmo a historiografia tradicional não consegue negar que os racistas científicos foram fundamentais para o avanço da ciência psicológica.

Essa perspectiva não consegue esconder que foi Francis Galton o inventor da "eugenia" enquanto técnica de melhoramento da raça humana, através da aniquilação das pessoas não-brancas. Nem tem êxito em esconder que foi Herbert Spencer quem difundiu a ideia de um "darwinismo social" cujo ponto central é que também na sociedade somente o mais forte deve sobreviver e o mais fraco deve perecer como parte do projeto de evolução social. Thomas Leahey (2013, p. 276) inscreve Galton no setor específico dos testes psicológicos, da inteligência e da psicometria. Ou seja, Galton é posto como "fundador da aplicação dos testes mentais", figura que merece admiração e respeito por parte dos psicólogos, nada de muito crítico é dito sobre as consequências políticas de sua produção científica.

Foram essas alianças entre exercício científico da psicologia por meio de experimentos e testes psicológicos, por um lado, e o racismo científico enquanto ideologia, por outro lado, que ajudaram a consolidar a Psicologia Diferencial como campo psicológico de estudo acerca das diferenças individuais entre pessoas, mapeando suas consequências e causas, com a raça aparecendo proeminentemente. Como disse Graham Richards (1997, p. 187), a psicologia britânica de 1913 a 1940 é amplamente racista, principalmente por causa das profundas raízes galtonianas e conexões eugênicas de sua forte tradição psicométrica. A meu ver, não somente a psicologia britânica é racista nessa quadra histórica, porque as noções de QI e os Testes de Inteligência impulsionaram toda a psicologia nesse momento.

Por exemplo, por meio do uso dos testes de Binet, o psicólogo norte-americano Henry Herbert Goddard, explicitamente segregacionista e eugenista, publicou o livro

chamado “Raça, inteligência e educação”, pretendendo mostrar que o QI dos negros norte-americanos era menor do que o da população branca, de modo que sua inferioridade intelectual era inata, já que fatores genéticos determinam suas capacidades intelectuais. Entre 1913 e 1914, muitos imigrantes foram deportados com base no resultado de suas pesquisas, em específico judeus, italianos e vindos da Rússia, somente os oriundos do norte da Europa não apresentavam uma inteligência reduzida (ENZENSBERGER, 2009). Outro exemplo é o livro de George Oscar Ferguson, de 1916, chamado “A psicologia do negro: um estudo experimental”, que defendeu, dentre outras coisas, que a habilidade mental do negro seria proporcional à quantidade de sangue branco que ele possuísse (FREDERICO, 2021).

Nesse primeiro momento dessa história do racismo psicológico, o negro é um objeto de estudo da psicologia, algo a ser escrutinado, examinado, diferenciado, categorizado, tudo isso inevitavelmente no registro do negativo ou da menoridade. O racismo constitui a psicologia desde dentro na sua forma científica, pois fornece à psicologia objetos e campo de expansão e consolidação. Embora a psicologia tomasse o racismo e o preto enquanto objeto científico e procurasse explicá-lo, podemos inverter a ordem das coisas: não é a psicologia que explica o racismo, mas, ao contrário, é o racismo, em sua forma científica, que explica a psicologia, que nos fornece o entendimento de por que a psicologia fez o que ela fez, por que ela pensou o que ela pensou[4]. É nesse sentido que a relação entre racismo e psicologia é intrínseca, endógena e constitutiva, isto é, a psicologia, nesse primeiro momento, floresce como um ramo do racismo científico.

O racismo é uma maneira de pensar e agir que põe o povo branco em posição superior, garantindo poder sobre outros povos racialmente inferiores, delineando-os como “outros”, e, assim, posicionando os brancos enquanto “sujeitos de conhecimento” e os “outros” como “objetos de conhecimento”. Isso resume bem esse primeiro capítulo do racismo psicológico e explica a hegemonia do olhar androcêntrico, eurocêntrico e racista. Concordo com o estudo de Suman Fernando (2017), que trata do racismo institucional na psicologia, quando ele demarca a maneira pela qual a psicologia clínica

[4] A inspiração para essa inversão vem de Michel Foucault (1975, p. 85) quando ele afirmou que “nunca a psicologia poderá dizer a verdade sobre a loucura, já que é esta que detém a verdade da psicologia”. Ao realizar esse gesto, um dos objetivos de Foucault foi mostrar que a loucura não foi uma descoberta da psicologia. Na verdade, foi uma operação anterior e exterior à psicologia de situar a loucura como um problema moral e punitivo, fazendo do louco um anormal e um indivíduo perigoso, que forneceu a condição de possibilidade de surgimento da psicologia.

e a psiquiatria abraçaram o racismo em suas teorias e práticas clínicas desde os seus primórdios, destacando no início do século XX o campo da inteligência e cognição, de modo que os testes de inteligência foram introduzidos nos debates sobre a educação negra e os medos eugênicos sobre imigrantes, em especial os judeus.

No Brasil, essa dinâmica racista na produção de saberes e práticas psi também se fez presente: a psicologia entre nós desde o início foi uma ferramenta do higienismo, parte do projeto político da medicina social. Intelectuais como Nina Rodrigues produziram uma série de saberes na interface medicina, antropologia e psicologia que estiveram ligados a projetos políticos de poder (MARTINS, 2018; CORRÊA, 2013). Mesmo a psicanálise – elogiada por Foucault (2015) naquilo que se referia a sua "honra política" por ser resistência em relação aos discursos de degenerescência e hereditariedade – entre nós foi "valorizada enquanto um saber que poderia se tornar um instrumento útil para os programas de eugenia", "o que interessava era a possibilidade que alguns de seus postulados abririam para o projeto de controle e transformação dos indivíduos" (NUNES, 1988). Assim, o "dispositivo de racialidade" diz a verdade da psicologia, isto é, ao contrário do que dizem os psicólogos, a psicologia foi historicamente violenta e racista. Isso não foi um desvio ou uma perversão dos sentidos e objetivos originais da psicologia enquanto ciência moderna.

Em paralelo a essa identificação da psicologia com o racismo científico, ocorreram tentativas de resistência, as quais valem a pena serem lembradas. Cito a trajetória de Virgínia Bicudo, a primeira mulher latino-americana a fazer análise. No I Congresso Latino-Americano de Saúde Mental, em 1954, alguns psicanalistas a rodearam e começaram a falar que era um absurdo uma psicanalista não-médica como ela, que ela era uma charlatã[5]. Distribuíram panfletos que diziam: "Se você é neurótico e quer se tornar um psicótico, procure a Doutora Virgínia Bicudo" (ABRAÃO, 2010).

Virgínia Bicudo era uma mulher negra e professora de uma disciplina chamada "Psicanálise e Higiene Mental" na Escola Livre de Sociologia e Política, produzindo uma resistência na assimilação da psicanálise como prática eugênica e direcionando a

[5] Vale relembrar que uma outra mulher, dessa vez branca, chamada Anna Katrin Kemper, esposa de Werner Kemper – um psicanalista nazista, ex-diretor do "Instituto Göring", que se exilou no Brasil depois da derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial – permaneceu durante mais de uma década enquanto analista didática, ainda que não tivesse nenhuma formação, não sendo nem médica, nem psicóloga e muito menos psicanalista. Ou seja, na psicanálise brasileira, a raça continuou sendo um elemento de diferenciação e hierarquização. A esse respeito, ver os livros de Cecília Coimbra (1995) e Florent Gabarron-Garcia (2023).

psicanálise como uma crítica social que se ocupava das pessoas pretas em São Paulo. A psicanálise oficial, no entanto, levantou-se duramente contra ela, como se o uso que ela fazia da psicanálise, um uso crítico e racialmente consciente, fosse ilegítimo. A vida de Virgínia Bicudo é um exemplo da hegemonia racista na psicologia e da necessidade de resistir.

Do ponto de vista epistemológico, outra tentativa de resistência é a atual proposição de David Pavón-Cuéllar (2019) chamada "psicologia crítica", conceituada como uma atitude crítica diante da psicologia, por um lado, e como um entrecruzamento de tendências de resistência, por outro. Mapeando uma tradição que vai desde Marx até Klaus Holzkamp, passando por Lev Vygotsky, Georges Poltizer e a Escola de Frankfurt, dentre outros, ele consegue demarcar uma posição crítica na psicologia, preocupada com os efeitos sociais das práticas psicológicas, perguntando-se sempre: quais os pressupostos ideológicos de determinados conceitos e teorias psicológicas? A quem serve a psicologia? Quais são os interesses, efeitos sociais e econômicos dessa ou daquela interpretação do psiquismo? Por que e para que a psicologia tende e pretende a universalizar representações culturais e históricas específicas do ser humano? Dessa maneira, cumpre destacar, há outras vozes e outros posicionamentos possíveis no interior do projeto da psicologia moderna, ainda que minoritários.

DO RACISMO CIENTÍFICO À BRANQUITUDE CRÍTICA

Enquanto a psicologia científica se encontrava identificada com o racismo científico principalmente contribuindo com o projeto de controle social dos corpos exercido pela eugenia e higiene pública, a psicologia social emergiu enquanto novo campo no encontro com preocupações políticas e transformações sociais. As origens da psicologia social não são menos racistas que a da psicologia científica. Considerado pioneiro desse campo, Gustave Le Bon foi um intelectual conservador e positivista, situado no contexto de crise da Terceira República Francesa, cujo objetivo foi de combater ativamente os movimentos de massa naquele contexto, fornecendo uma nova ciência – a psicologia das massas – como ferramenta de manutenção de poder (LE BON, 2016; MOSCOVICI, 1985; NEVES, 2005). Na formulação desse saber, Le Bon introduziu o tema da degenerescência ao refletir sobre o político, aliando-se ao projeto

do racismo científico, tratando as massas como infantis, femininas, criminosas, chegando a afirmar: "Os cruzamentos de raças muito diferentes modificam as influências ancestrais, mas retiram, ao mesmo tempo, aos indivíduos toda a estabilidade mental. Um povo de mestiços é ingovernável. A anarquia em que vivem as repúblicas latinas da América é uma prova dessa asserção" (LE BON, 2002, p. 197).

Apesar de nascer, como a psicologia científica, do solo fértil do racismo científico, concordo com a posição de Nikolas Rose (2011) de que a psicologia social é uma ciência da democracia. Esse gesto só é possível, contudo, num deslocamento histórico, saindo do final do século XIX e nos situando no século XX, em especial depois dos impactos traumáticos das duas guerras mundiais. Essa psicologia social dos anos 1930 até os anos 1980, mais ou menos, situada nos Estados unidos, tomou a democracia enquanto objeto de estudo e principalmente enquanto projeto político. Nesse sentido, essa forma de psicologia social enxergava a si mesma enquanto força promotora de democratização da sociedade.

Foram nos chamados "Estudos sobre Influência Social" que essa psicologia encontrou seu momento mais progressista, principalmente por meio das famosas pesquisas de Stanley Milgram e Philip Zimbardo. O trabalho de Milgram (1983, p. 10) tomou a obediência como o "fato de que uma pessoa se veja como instrumento de realização dos desejos de outra pessoa, e a partir daí a primeira pessoa não se acha mais responsável por suas ações", de modo que "o comportamento que é inimaginável numa pessoa que esteja agindo por conta própria pode ser executado sem hesitação quando feito sob ordem". Trata-se praticamente de uma produção de um saber psicológico antiautoritário e antifascista, essencialmente democrático, portanto.

Da mesma forma, o controverso experimento de Zimbardo (2012, p. 17) na Universidade de Stanford, em 1971, teve como objetivo descrever "um conjunto de processos de dinâmica psicológica que induzem pessoas boas a fazerem o mal", buscando "entender a natureza de suas transformações de caráter quando defrontadas com as poderosas forças das circunstâncias". Efeito Lúcifer foi a expressão cunhada por Zimbardo para resumir sua tentativa de compreensão das transformações vigentes quando pessoas boas ou comuns fazem coisas nocivas ou más. É uma espécie de "psicologia do mal", entendida como parte do processo de resistência contra os efeitos do autoritarismo. Aqui, a psicologia se desloca: ela não mais apoia o poder diretamente, como fez no momento anterior aderindo ao racismo científico, mas, pelo contrário,

procura criticar o poder, mostrando seus efeitos psicológicos, no sentido de como o autoritarismo coopta e destrói a autonomia dos indivíduos.

Como afirmou Nikolas Rose (2011, p. 166), a Psicologia Social veio a fornecer um vocabulário para a compreensão dos problemas que atormentam a democracia. O conceito de atitude, central no interior desse vocabulário, apareceu na psicologia social norte-americana como uma maneira de tornar visível dinâmicas que solapam a democracia. Ele vai congregar três dimensões: a percepção e a crença sobre uma realidade social (componente cognitivo), a sua atratividade ou repulsa (componente afetivo) e a propensão para agir sobre ela de uma maneira específica e com certo empenho (componente comportamental). Em si só, a atitude condensa o "paradigma americano" (PEREIRA, 1997).

Não tardou para que preconceito, estereótipo e discriminação aparecessem como problemas a serem pensados por essa psicologia social democraticamente engajada. Isso foi feito a partir dessa noção de atitude: o estereótipo seria um conjunto de crenças compartilhadas sobre um determinado grupo, sendo o componente cognitivo; o preconceito teria como base um estado afetivo de suspeita e ódio irracional, por exemplo, que resiste a contestação; e, por fim, a discriminação seria a ação de oprimir, excluir e violentar pessoas ou grupos. A partir dessa tradição, como dizem Perez-Nebra e Jaqueline de Jesus (2011, p. 228), machismo, homofobia, racismo, entre outros, seriam formas de discriminação.

Apesar de constituir um avanço ético-político em relação à forma anterior de psicologia racista, essa psicologia social democrática norte-americana conservou um déficit em relação ao racismo. Em primeiro lugar, porque ela compreendeu a si mesma como algo alheio aos processos racistas, como se ela pudesse, desde fora, compreender e transformar o racismo, permanecendo ela mesma incólume, mantendo pressupostos científicos inalterados como o de experimentação, observação e neutralidade, apesar dos problemas éticos de suas pesquisas; o segundo foi decompor o racismo em preconceitos, estereótipos e discriminação, e, dessa maneira, nunca ou muito pouco falar de racismo diretamente, apenas como uma discriminação dentre outras.

Tomo aqui alguns exemplos de livros de referência no estudo da Psicologia Social. O primeiro, chamado "Psicologia Social: Principais Temas e Vertentes", organizado por Claudio Vaz Torres e Elaine Rabelo Neiva, onde não consta nenhum capítulo sobre racismo. Da mesma forma, o livro "Psicologia Social: temas e teorias",

há um capítulo sobre preconceito, escrito por Marcus Eugênio Oliveira Lima, porém, novamente, não há um capítulo que trate do racismo enquanto um fenômeno específico. Além desses, o manual de David G. Myers (2014) segue essa mesma linha pautada na tradição democrática da psicologia social norte-americana. Com uma proposta diferente, de uma história intelectual da psicologia social, a partir da cisão entre perspectivas psicológicas e sociológicas, Jorge Luís Álvaro e Alícia Garrido (2006) silenciam em relação ao racismo. Por fim, o clássico livro de referência de Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (1997) segue o mesmo caminho.

É importante registrar um intelectual que tensiona ao limite esse posicionamento ético-político da psicologia social. Frederic Munné (1982) propôs uma tradição denominada por ele de "psicologias sociais marginais" como uma tentativa de escapar do paradigma americano e injetar uma crítica social radical (SOARES, 2010). Para ele, em vez de ser uma "ciência das atitudes", a psicologia social aparece enquanto campo aberto de discussões radicais sobre a sociedade capitalista, remetendo a Marx, psicologia soviética, freudomarxismo e marxismo francês. Mais do que atitudes, tal tradição pensa a ideologia, alienação e revolução. Em outra obra, Munné (1989) narra marcos e teorias sobre o "comportamento interpessoal" a partir da psicanálise, behaviorismo, sociocognitivismo, interacionismo simbólico e psicologia social marxista. Isso gera um ganho para a psicologia social, ela não é aqui vista como uma "ciência", mas como algo que realiza uma interface com outros campos de saber, como a filosofia, antropologia, sociologia etc. No entanto, infelizmente, apesar das grandes diferenças ético-políticas, o tema do racismo também não aparece em Munné.

Parafraseando Spivak (2010), o subalterno não pôde falar na psicologia, nem na sua forma científica racista nem na forma democrática norte-americana. A branquitude foi o lugar da psicologia mesmo quando ela se quis democrática e lutar contra o racismo, por conta da manutenção do ponto de vista branco acerca do racismo, entendendo-o como uma discriminação ou preconceito dentre outros que existem na sociedade. Não é uma psicologia racista violenta como a anterior, e nisso devemos reconhecer o avanço, mas permanece uma psicologia branca, que perpetua o silenciamento do preto, uma vez que lhe nega a sua agência. O que significa que ficam não problematizadas questões como: de que maneira o preto experimenta o racismo? Quais os impactos psíquicos do racismo? Como o preto compreende o fenômeno do racismo? Mesmo quando quis ser democrática, a psicologia permaneceu relegando o

preto à condição de objeto de estudo, na medida em que o preto não fala sobre racismo nessa psicologia social norte-americana, nem no sentido de existirem intelectuais pretos produtores de conhecimento nem no sentido de haver espaço para a vivência do racismo por parte da pessoa preta.

Se num primeiro momento a psicologia quis salvar os racistas denegando o racismo deles no interior de uma narrativa heroico-positivista, jogando para debaixo do tapete o conluio da psicologia científica com o racismo científico, no segundo momento ela quis lutar contra o racismo porém salvaguardando sua branquitude. Ela sofreu de "daltonismo racial" (TAYLOR, 2020). A psicologia não foi capaz de produzir algum entendimento minimamente razoável sobre a experiência subjetiva do racismo. Ela foi, para usar uma expressão de Martin Luther King Jr. (2020), uma "psicologia da servidão", ou seja, um dispositivo que operou no sentido de manter a escravidão do negro, num primeiro momento via controle direto e violento, num segundo momento via processo de alienação do negro de si mesmo, silenciando-o e tratando de sua subjetividade a partir da perspectiva branca.

A POSSIBILIDADE DE UMA PSICOLOGIA ANTIRRACISTA: O NEGRO VISTO POR ELE MESMO[6]

Deve-se a Frantz Fanon a inauguração de uma outra perspectiva nos saberes e práticas psicológicas diante do problema do racismo. Ele diz que "aquilo que é chamado de alma negra é uma construção do branco" (FANON, 2020, p. 28). Assim, um atributo comum do branco – possuir uma "alma" – no negro é somente um construto postiço daquilo que lhe é externo, a saber, o branco. Isso sintetiza a história da psicologia que pretendi contar até agora, pautada na objetificação do preto enquanto objeto de conhecimento, desprovido da capacidade de agência sobre si mesmo e sobre o mundo que ele habita.

O projeto fanoniano consistiu em desalienar o negro de si mesmo, ou seja, desconstruir a perspectiva branca sobre o negro e produzir um conhecimento a partir da

[6] Tomo de empréstimo o título que Alex Ratts deu à recente coletânea de textos de Beatriz Nascimento (2022), "O negro visto por ele mesmo", como um mote programático que sintetiza a diferença da perspectiva do sujeito inaugurada por Fanon e continuada pelas intelectuais pretas brasileiras como Sueli Carneiro, Neusa Santos, Isildinha Baptista etc.

experiência vivida do racismo. Fanon foi, então, aquele que inaugurou o campo das relações entre subjetividade e racismo, abrindo caminho para uma psicologia antirracista. Com essa viragem fanoniana, a raça não é algo natural ou biológico, como pensava a psicologia científica, nem o racismo é somente uma prática social de discriminação, como concluiu a psicologia social norte-americana. O ponto central é que raça e racismo compõem uma experiência vivida que deve ser estudada a partir da perspectiva do sujeito que sofre. Como bem sintetizaram Deivison Faustino e Maria Clara Oliveira (2020), Fanon realiza uma "sociogenia do sofrimento psicossocial", que implica pensar o racismo como algo inscrito no processo de reprodução social e, ao mesmo tempo, como gerador de sofrimento psíquico e adoecimento individual.

Neusa Santos Souza[7] adicionou dois elementos fundamentais nessa reflexão: a centralidade da experiência emocional do negro e o custo psíquico do racismo. Para ela, inspirada no gesto de Simone de Beauvoir, não se nasce negro, torna-se negro. Trata-se, assim, da raça enquanto uma experiência subjetiva que é traumática, cotidiana e nunca acabada, pois se trata de um processo imposto pelo outro que define o negro. De modo que é o outro que estabelece esse lugar negativo a partir do qual a pessoa se torna negra e não o que ela é. O seu livro mais conhecido teve como objetivo "elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange a sua emocionalidade" (SOUZA, 2021, p. 45).

Neusa toma a noção de "ascensão social" dessa perspectiva. Isto é, enquanto, do ponto de vista da branquitude, a ascensão social representa a construção de uma identidade de longo prazo que trilha o caminho da realização pessoal e afirmação de si por meio do trabalho – enxergando essa sociedade enquanto palco neutro a partir do qual podemos viver nossos sonhos de maneira feliz – do ponto de vista dela, a ascensão social é uma categoria ligada ao psiquismo, de modo que a pessoa preta vê na ascensão social uma possibilidade de fugir do racismo, de deixar de ser considerada uma pessoa inferior ou perigosa por conta de sua pele. Para isso, deve pagar o preço de se embranquecer, obstaculizando definitivamente a possibilidade de tornar-se quem se é, de se realizar e de se afirmar. Dessa maneira:

> O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa,

[7] Acompanho a interpretação de Deivison Faustino (2022) acerca da relação entre os pensamentos de Fanon e Neusa.

> o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de "tornar-se gente". (...) Este livro trata desse contingente de negros, no que diz respeito ao custo emocional da sujeição, negação e massacre de sua identidade original, de sua identidade histórico-existencial (SOUZA, 2021, p. 46).

Nessa chave, ser negro é ser violentado constantemente, sem pausa e sem repouso, e de uma dupla forma: por um lado, a exigência de encarnar o corpo e os ideais do sujeito branco com a esperança frustrada de viver uma vida menos turbulenta sem tantos ataques racistas, por outro lado, de recusar, negar e anular a presença do corpo negro, abandonar quem se é ou quem se pode ser. No entanto, aqui está a condição de sofrimento do negro: quando o negro formula para si um projeto de ser branco enquanto saída para o sofrimento do racismo, isso acaba por ser incompatível com o seu corpo.

Pela primeira vez na história da psicologia, é possível que o negro fale sobre racismo a partir da sua experiência subjetiva com a raça. Assim, de maneira inovadora, Neusa pôde falar sobre aquilo que jamais era dito: o racismo é uma modalidade de sofrimento psíquico. Existem sintomas de racialização, dos quais posso citar, a partir de Neusa, os sentimentos de inferioridade, insegurança e angústia. Bem como a "dramática insatisfação" (SOUZA, 2021, p. 71), ou seja, uma sensação de defasagem permanente independentemente dos êxitos alcançados. Por exemplo: o professor preto deve provar, mesmo depois de passar em concursos, que é um ótimo professor, que sabe lecionar e assim por diante; bem como uma apresentadora preta de televisão deve ser uma excelente apresentadora, não pode ser mediana, como se tivesse que compensar o fato de ser preta e ser apresentadora. No psiquismo, isso gera uma insatisfação dramática, por mais que a pessoa preta dê o seu melhor, sua sensação inelutável é de que poderia ter feito mais e de que sua performance na verdade foi ruim ou não tão boa.

O caminho que se abre a partir dessa perspectiva é aquele também trilhado por Isildinha Baptista Nogueira (2021, p. 33): "como se dá, para o sujeito negro, a elaboração, no plano psíquico, dos sentidos que o racismo traz consigo?". Do ponto de vista preto, o racismo é antes de tudo uma produção de sofrimento. Até antes dessa virada, a psicologia democrática norte-americana via o racismo como um fato social, que se manifesta objetivamente contra os negros. Mas, o que ela não percebe é que o racismo "afeta o negro não só no plano sociológico, mas também no plano psíquico" (NOGUEIRA, 2021, p. 36). Falar de racismo é, então, falar de experiência psíquica, de subjetividade e de sofrimento.

Centralizando a experiência subjetiva do racismo, Isildinha também trata daquilo que Neusa chamou de "dramática insatisfação" como um sofrimento instaurado pelo racismo: "Não é incomum o sentimento que nós, negros, experimentamos de nunca sermos suficientemente bons nas relações ou funções sociais por nós assumidas: não basta sermos bons, temos que ser melhores e exemplares, depositários que somos do desejo de pais que projetaram em nós o sujeito que foram impedidos de ser" (NOGUEIRA, 2021, p. 106). É nesse sentido que "a cor da pele passa a ser um objeto de realidade psíquica" (NOGUEIRA, 2021, p. 150). Essa proposta de aproximar cor e inconsciente só é possível na medida em que aquela que realiza esse gesto é uma mulher preta, como Isildinha e Neusa. Ou um intelectual preto como Fanon. Para quebrar com o racismo constitutivo da psicologia, precisaram romper com o ponto de vista da branquitude e instaurar um movimento diferente: o de falar em primeira pessoa sobre como se é afetado psiquicamente pelo racismo.

O racismo é uma condição inultrapassável e ao mesmo tempo cotidiana da experiência vivida do negro, instaurando um sofrimento psíquico sem fim e permanente. O negro é constantemente interpelado a ter/ser uma raça e, ao mesmo tempo, sente que ter/ser uma raça é o efeito da prática de racismo, ele sente que ele não se reduz a isso e também que ele não é isso que dizem que ele é. Falar sobre racismo é falar sobre as condições da constituição psíquica do sujeito racializado e também elaborar o que se pode chamar de "metapsicologia do racismo", para tratar dos seus efeitos psíquicos nas pessoas pretas e brancas.

Essa "outridade" (KILOMBA, 2019) é a condição na qual o negro se torna a representação mental daquilo que o sujeito branco não quer se parecer, daquilo que ele quer expulsar de si mesmo, uma dinâmica na qual se é colocado sempre como outro e nunca como um "eu". Ela constituiu a marca do psiquismo do negro. O sujeito negro não existe em si nem para si, ele é uma tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer em si mesmo. A raça, então, pode ser compreendida como um recipiente socialmente construído através do qual projetamos nosso mundo interior nos outros, isso significa que o mundo interior do negro resta desconsiderado e apagado, para ser sobreposto pelas projeções (CLARKE, 2003). O negro é aquele a quem é negado a dignidade de existência psíquica singular e por consequência a vivência de um mundo interior.

Do ponto de vista da psicodinâmica, tudo aquilo que provoque ansiedade, culpa e vergonha são projetados no negro. Infantilização, primitivização, incivilização, animalização, erotização, regressão, ignorância, preguiça etc., são pontos fortes de projeção racista: "No racismo cotidiano, a pessoa negra é usada como tela de projeções (...). Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias brancas de domínio da agressão ou da sexualidade" (KILOMBA, 2019, p. 78).

Grada Kilomba propõe uma aproximação à "realidade vivenciada do racismo" que se torna possível a partir de uma "perspectiva do sujeito". O que significa afirmar que "o racismo pretende causar dano, fazer mal ao sujeito negro, e o sujeito negro, de fato, se sente fisicamente ferido" (KILOMBA, 2019, p. 161). É por isso que ela une as palavras "memória" e "plantação" no título de sua obra, porque o racismo é algo cotidiano que reencena um passado colonial, no interior do qual a pessoa preta é atingida sem possibilidade de se defender, mas que também instaura uma realidade traumática, um choque violento que paralisa o sujeito e lhe causa dor e sofrimento.

Em novembro de 2022, no Rio de Janeiro, uma mulher negra, chamada Awdrey Ribeiro, ao se dirigir ao trocador de uma loja Renner, foi acusada de furtar um casaco. Ao perceber a situação, ficou indignada e alguém filmou toda a situação, divulgando posteriormente nas redes sociais. A segurança da loja tomou sua bolsa e verificou que a única coisa que havia de suspeita era um casaco de uma marca que não era vendida pela Renner. A segurança se desculpou posteriormente, mas o estrago já estava feito. No vídeo, pode-se conferir Awdrey exaltada, falando alto, se defendendo, como deve ser ou como se espera que seja. Porém, no dia seguinte, ela se deu conta de que seu corpo estava tomado por feridas. Pois ela sofria de psoríase, uma doença autoimune que provoca feridas na pele. Em situações de alto stress, as feridas se multiplicam. Tais feridas foram os efeitos do racismo no corpo de Awdrey. Esses efeitos, esses impactos, resistem a qualquer tipo de mobilização que ela poderia efetuar na forma de resistência política. Um sofrimento que ainda espera de nós, psicólogos, algum tipo de elaboração.

Não só na psicologia, como também no mundo moderno, as pessoas pretas apenas se tornaram visíveis a partir do olhar e do vocabulário do sujeito branco que as descreve. De modo que não são as palavras nem as vozes subjetivas dos pretos que são levadas em conta, mas a representação fantasmática projetiva dos brancos em relação aos pretos. Ao longo da história, infelizmente a psicologia endossou esse gesto ao tratar o preto como objeto de conhecimento e intervenção, ou ao silenciar os pretos no

processo de produção de conhecimento. É chegada a hora de romper com o "racismo psicológico", ou seja, com esse pacto da branquitude ainda vigente no campo psicológico.

A NECESSÁRIA E URGENTE VIRADA TESTEMUNHAL E DECOLONIAL DOS SABERES E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

O historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2000) afirmou a necessidade de "provincializar a Europa". Isso significa pôr a Europa como um lugar que produziu conhecimentos situados geográfica e historicamente, cuja universalização se fez não por sua verdade mas por sua dominação e hegemonia, ancorada em processos de barbárie. Esse chamado de Chakrabarty à história também deve ser feito à psicologia, isto é, também é necessário "provincializar a psicologia europeia", bem como a psicologia social norte-americana, compreendê-las enquanto "conhecimento situado" (RESTREPO, 2016), mostrar que tais práticas e saberes psicológicos são localizados, portanto não tendem à universalização, a qual se torna possível somente mediante expansão da violência, como vimos ao longo desse artigo no caso específico do racismo, onde a branquitude foi a posição da psicologia desde o seu início.

O gesto por mim escolhido de centralizar a raça e o racismo no modo de conceber a história da psicologia faz parte daquilo que Márcio Seligmann-Silva (2022) chamou de "virada testemunhal". Para essa perspectiva, a violência colonial, racista, de gênero e de classe não são acidentes ou efeitos imprevistos do projeto da modernidade, pelo contrário, é a própria modernidade que produz tais efeitos por conta de sua dinâmica de dominação, como bem notaram os pensadores frankfurtianos Adorno e Horkheimer (1985).

Assim, ocorre uma inversão, a modernidade não é compreendida por aquilo que ela diz que é: esclarecida, autônoma, baseada nas luzes etc., mas sim por aquilo que ela fez. A *plantation* e a colonização aparecem como os pilares da modernidade. Para dar mais um exemplo, lembro Walter Rodney (2022): a questão não é por que a África é subdesenvolvida, mas "como a Europa subdesenvolveu a África", ou seja, para entender o êxito civilizatório e econômico do Estado de Bem-Estar Social é preciso olhar para a periferia do capitalismo, colonizada como no caso da África ou tomada pelo totalitarismo como no caso da América Latina. Isso implica dizer que o Bem-Estar

Social Europeu foi possível graças ao "Mal-Estar Periférico": as condições que permitiram o crescimento econômico e a ampliação de direitos no centro do capitalismo foram as mesmas que impuseram as ditaduras latino-americanas e a permanência das colonizações africanas.

Assim, "ao incluir a localização e o corpo como partes essenciais de todo saber, a virada pós-colonial revela-se também como uma *virada testemunhal*" (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 99). Dessa maneira, não é por acaso que, ao contrário da exigência metodológica científica de fundo sexista e racista que impõe uma escrita em terceira pessoa e uma neutralidade, os intelectuais que tematizaram o racismo a partir da experiência subjetiva escrevem todos, sem exceção, a partir da primeira pessoa, basta conferir as obras de Fanon, Neusa, Kilomba, Isildinha, Lélia González, Beatriz Nascimento, dentre tantos e tantas.

Essa virada testemunhal, ancorada num conhecimento situado e na experiência, é a condição sem a qual não há combate efetivo ao racismo que constitui a psicologia. É impossível resistir a sua brancura e sua colonialidade sem a agência das pessoas pretas. É preciso superar essa modalidade específica de racismo, o racismo psicológico, pois ele silencia as pessoas racializadas, impedindo-as de produzir conhecimento sobre si mesmas, além de reproduzir a psicologia como um saber branco. A luta antirracista não se faz deixando a psicologia ilesa ou inalterada, como se tratasse apenas de blindar a psicologia diante do racismo ou de extirpar o racismo da psicologia, mas se faz numa resistência constante e permanente de impedir que a psicologia endosse as fileiras das práticas racistas e se posicione como resistência. A psicologia empreende sua luta antirracista principalmente criando as condições para que subalterno fale sobre si mesmo e, assim, abalando as suas bases epistêmicas eurocêntricas e coloniais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÃO, Jorge. *Virgínia Bicudo:* a trajetória de uma psicanalista brasileira**.** São Paulo: Arte & Ciência, 2010. Disponível em https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-74929. Acesso 03/07/2023.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. *Algumas reflexões acerca dos fundamentos da abordagem social em história da psicologia*. In BROZEK, Josef; CAMPOS, Regina; MASSIMI, Marina. (orgs.). Historiografia da Psicologia Moderna. São Paulo: Loyola, 1998.

BARROS, José D'Assunção. *Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista.* In Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.1, n.2, maio/ago. 2010, p.73-102.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História.* In Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude.* São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

CAMINO, Leoncio. (org.). *Psicologia social: temas e teoria*. Brasília: Technopolitk, 2013.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference.* New Jersey: Princeton University Press, 2000.

CLARKE, Simon. *Social Theory, Psychonalysis and Racism*. New York: Palgrave MacMillian, 2003.

COIMBRA, Cecília. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre".* Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade***.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

DAZA, Óscar. *El control social em la historia de la psicología: algunos capítulos para olvidar (1900-1940).* In RODRIGUEZ, R. (ed.) Contra-psicología. Madrid: Ediciones Dado, 2016.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *En el laberinto de la inteligencia***.** Barcelona: Anagrama, 2009.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas.* São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison. *Frantz Fanon e as Encruzilhadas: teoria, política e subjetividade.* São Paulo: Ubu, 2022.

FAUSTINO, Deivison.; DE OLIVEIRA, Maria Clara. *Frantz Fanon e as máscaras brancas da saúde mental: subsídios para uma abordagem psicossocial.* In Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12, n. Ed. Especi, 2020, p. 6–26. Disponível em https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1110/942. Acesso 03/07/2023.

FERNANDO, Suman. *Institutional racism in psychiatry and clinical psychology: race matters in mental health.* London: Palgrave Macmillan, 2017.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. *As modernidades cindidas: um estudo sobre as Condições de surgimento do campo psicológico em sua multiplicidade*. In Estudos e pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 2, n. 1, 1° semestre de 2002. Disponível em https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7743/5594. Acesso 03/07/2023.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação, 1500-1900.* São Paulo: Escuta, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Doença mental e psicologia.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREDERICO, Roberta Maria. *Psicologia, raça e racismo*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

GABARRON-GARCIA, Florent. *Uma história da psicanálise popular***.** São Paulo: Ubu, 2023.

GILROY, Paul. *A Crise da "Raça" e da Raciologia*. In Entre Campos: Nações, Cultura e Fascínio da Raça. São Paulo: Annablume, 2007.

GOULD, Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GUTHRIE, Robert. *Even the Rat Was White: A Historical View Of Psychology.* Boston: Pearson Education, 2004.

HEIDBREDER, Edna. *Psicologias do século XX.* São Paulo: Editora Mestre Jou, 1980.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação.* Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KING JR., Martin Luther. *Por que não podemos esperar*. São Paulo: Faro Editorial, 2020.

LE BON, Gustave. *As opiniões e as crenças.* São Paulo: Ícone, 2002.

LE BON, Gustave. *Psicologia das Multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LEAHEY, Thomas. *Historia de la Psicología*. Madrid: Pearson Educación, 2013.

MARTINS, Hidelberto Vieira. *Psicologia, raça e racismo: breve análise de suas bases históricas.* In PORTUGAL, F. T. (org.). História Social da Psicologia. Rio de Janeiro: Nau, 2018.

MERANI, A. *Historia Crítica de la Psicología*. México: Grijalbo, 1976.

MILGRAM, Stanley. *Obediência à autoridade.* Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

MOSCOVICI, Serge. *La era de las multitudes: un tratado histórico de la psicología de las masas***.** México: FCE, 1985.

MUNNÉ, Frederic. *Entre el indivíduo y la sociedad.* Barcelona: PPU, 1989.

MUNNÉ, Frederic. *Psicologías Sociales marginales: la línea de Marx en la psicológia social.* Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1982.

NASCIMENTO, Beatriz. *O negro visto por ele mesmo*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NEVES, Rosane Silva. *A invenção da psicologia social.* Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

NUNES, Silvia Alexim. *Da medicina social à psicanálise*. In BIRMAN, J. (org.). Percursos na História da Psicanálise. Rio de Janeiro: Taurus, 1988.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro.* São Paulo: Perspectiva, 2021.

PARKER, Ian. *Revolução na psicologia*. São Paulo: Alínea, 2014.

PAVÓN-CUELLAR, David. *Psicología crítica: definición, antecedentes, historia y actualidade*. México: Universidad Michoacana, 2019.

PEREIRA, O. G. *A emergência do paradigma americano.* In VALA, J.; MONTEIRO, M. B. Psicologia Social. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel.; DE JESUS, Jaqueline Gomes. *Preconceito, estereótipo e discriminação*. In TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo. (orgs.) *Psicologia Social: Temas e Vertentes.* São Paulo: Artmed, 2011.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. (org.). *História Social da Psicologia.* Rio de Janeiro: Nau, 2018.

RESTREPO, Eduardo. *Descentrando a Europa: aportes de la teoríapostcolonial y el giro decolonial al conocimiento situado*. Revista Latina de Sociología. [s.l.] v. 6, n.1, 2016, p. 60-71. Disponível em https://revistas.udc.es/index.php/RELASO/article/view/relaso.2016.6.1.1965. Acesso em 03/07/2023.

RICHARDS, Graham. *Race, Racism and Psychology: towards a reflexive history.* New York: Routlegde, 1997.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África***.** São Paulo: Boitempo, 2022.
ROSE, N. *Inventando nossos selfs.* Petrópolis: Vozes, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. São Paulo: Unicamp, 2022.

SCHULTZ, D.; SCHULTZ, S. *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SCHULTZ, Duane; SCHULTZ, Sidney. *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix, 1981.

SOARES, Jorge Coelho. *Escola de Frankfurt: unindo materialismo e psicanálise na construção de uma psicologia social marginal.* In JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (org.). História da psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006.

SOUZA, Neusa. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. *#Vidasnegrasimportam e liberação negra*. São Paulo: Elefante, 2020.

THOMAE, Hans. *Abordagem social: o surgimento da psicologia científica como disciplina independente***.** In BROZEK, J.; MASSIMI, M. (orgs.). Historiografia da Psicologia Moderna. São Paulo: Loyola, 1998.

TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo. (orgs.) *Psicologia Social: Temas e Vertentes.* São Paulo: Artmed, 2011.

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta. *Psicologia Social*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ZIMBARDO, Philip. *O Efeito Lúcifer: como pessoas boas se tornam más***.** São Paulo: Record, 2012.

Recebido em: 31/07/2023

Aprovado em: 21/09/2023